

Demonstrações Financeiras 2021

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - SEDE BELO HORIZONTE / MG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 17.184.037/0001-10

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o 2º Semestre de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	Nota	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
		2º Semestre		Exercícios	2º Semestre		Exercícios
		2021	2020	2021	2021	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.344.219	2.545.260	2.234.317	1.377.072	2.606.505	2.300.725
Operações de Crédito	21.1	1.220.188	2.247.928	1.857.189	1.248.871	2.301.215	1.913.802
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		67.453	91.785	99.621	71.623	99.743	109.416
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5.2.2	11.689	41.506	117.040	11.689	41.506	117.040
Resultado de Operações de Câmbio		15.345	14.170	33.728	15.345	14.170	33.728
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.155	3.636	2.597	2.155	3.636	2.597
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	7.4	27.389	146.235	124.142	27.389	146.235	124.142
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(270.838)	(377.875)	(436.802)	(267.021)	(372.776)	(437.363)
Operações de Captação no Mercado		(268.074)	(374.861)	(423.068)	(264.104)	(369.510)	(422.504)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	21.2	31.332	54.450	34.738	31.332	54.450	34.738
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	7.4	(2.423)	(2.571)	(1.960)	(2.576)	(2.823)	(3.085)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.073.381	2.167.385	1.797.515	1.110.051	2.233.729	1.863.362
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	7.2	(196.003)	(334.760)	(317.637)	(200.067)	(344.697)	(326.310)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		877.378	1.832.625	1.479.878	909.984	1.889.032	1.537.052
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS		(882.329)	(1.687.453)	(1.253.676)	(905.365)	(1.725.159)	(1.291.841)
Recargas de Prestação de Serviços	22.1	124.819	241.566	256.545	185.212	352.594	318.399
Recargas de Prestações de Serviços - Diversas		31.332	54.450	34.738	31.332	54.450	34.738
Rendidas de Tarifas Bancárias		93.487	187.116	221.807	93.560	187.192	221.877
Resultado de Participações em Controladas	11.a	51.009	83.073	39.270	-	-	-
Equivalência Patrimonial		51.009	83.073	39.270	-	-	-
Despesas de Pessoal	22.2	(248.836)	(470.176)	(433.839)	(265.222)	(500.440)	(458.854)
Outras Despesas Administrativas	22.3	(401.184)	(831.543)	(665.732)	(411.080)	(851.450)	(683.853)
Despesas Tributárias	22.4	(67.909)	(134.705)	(109.747)	(73.882)	(148.498)	(117.806)
Outras Despesas Operacionais	22.5	(389.830)	(656.204)	(385.787)	(398.289)	(669.303)	(401.965)
RESULTADO OPERACIONAL		(4.951)	145.172	226.202	4.619	163.873	245.211
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	23	6.784	3.423	(16.038)	6.892	3.491	(16.031)
Recargas		14.965	21.999	56.573	15.088	22.140	56.653
Despesas		(8.181)	(18.576)	(72.611)	(8.196)	(18.649)	(72.684)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	1.833	148.595	210.164	11.511	167.364	229.180
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		95.294	65.801	(36.532)	90.625	54.286	(50.387)
Provisão para Imposto de Renda		14.581	4.502	(2.213)	10.622	(4.249)	(9.968)
Provisão para Contribuição Social		10.272	2.660	(1.770)	8.943	(548)	(5.126)
Ativo Fiscal Diferido	9.b	70.441	58.639	(32.549)	71.060	59.083	(35.293)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(13.179)	(29.909)	(22.584)	(15.687)	(34.287)	(25.438)
Administradores		-	(1.748)	(47.076)	(1.996)	(5.212)	(2.290)
Empregados	(13.179)	(28.161)	(22.584)	(13.691)	(29.075)	(23.148)	(23.148)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	(2.501)	(2.307)	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		83.948	184.487	151.048	83.948	184.487	151.048
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)							
Ações ordinárias		0,8047	1,7685	2,8817			
Ações preferenciais		0,8047	1,7685	2,8817			
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)							
Ações ordinárias		52.431	115.225	93.881			
Ações preferenciais		31.517	69.262	57.167			
Número de Ações em Circulação - básico e diluído							
Ações ordinárias		65.155.744	65.155.744	32.577.872			
Ações preferenciais		39.165.036	39.165.036	19.837.918			

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 2º Semestre de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	Nota	MB - Múltiplo			MB - Consolidado		
		2º Semestre		Exercícios	2º Semestre		Exercícios
		2021	2020	2021	2021	2021	2020
1 - RECEITAS		927.258	1.842.431	1.774.485	1.016.170	2.003.227	1.883.894
Intermediação Financeira		1.344.219	2.545.260	2.234.317	1.377.072	2.606.505	2.300.725
Prestação de Serviços		124.819	241.566	256.545	185.212	352.594	318.399
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(196.003)	(334.760)	(317.637)	(200.067)	(344.697)	(326.310)
Outras		(345.777)	(609.635)	(398.740)	(346.047)	(611.175)	(408.920)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(270.838)	(377.875)	(436.802)	(267.021)	(372.776)	(437.363)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(325.956)	(685.423)	(539.133)	(333.816)	(701.808)	(556.444)
Materiais, Energia e Outros		(23.256)	(47.076)	(41.516)	(23.966)	(48.375)	(41.779)
Serviços de Terceiros		(189.071)	(416.239)	(301.214)	(191.407)	(421.623)	(309.504)
Outros		(113.629)	(222.108)	(196.403)	(118.473)	(231.810)	(205.161)
Comunicações		(5.679)	(13.014)	(12.681)	(6.014)	(13.539)	(12.824)
Processamento de Dados		(44.026)	(86.421)	(73.935)	(45.790)	(89.661)	(76.905)
Propaganda, Publicidade e Publicações		(6.069)	(12.305)	(10.023)	(6.467)	(14.111)	(11.322)
Serviços do Sistema Financeiro		(3.937)	(11.484)	(9.320)	(3.830)	(11.200)	(9.541)
Transportes		(16.783)	(33.460)	(38.732)	(16.863)	(33.643)	(38.876)
Outros		(37.135)	(65.424)	(51.712)	(39.509)	(69.656)	(55.693)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		330.464	779.133	798.550	415.333	928.643	890.887
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		(33.254)	(62.507)	(53.093)	(33.076)	(63.862)	(53.445)
Depreciações e Amortizações		(32.254)	(62.507)	(53.093)	(33.076)	(63.862)	(53.445)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		298.210	716.626	745.457	382.257	864.781	836.642
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		51.009	83.073	39.270	-	-	-
Resultado de Participações em Controladas		51.009	83.073	39.270	-	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)		349.219	799.699	784.727	382.257	864.781	836.642
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		349.219	799.699	784.727	382.257	864.781	836.642
Pessoal		150.560	282.826	249.814	164.286	308.465	270.232
Remuneração Direta		44.881	83.735	79.842	46.470	86.434	81.360
Benefícios		15.801	25.907	24.651	16.144	26.623	25.147
F.G.T.S.		11.055	139.132	205.865	24.720	170.116	232.491
Federais		(2.222)	116.785	188.253	9.562	141.479	212.726
Estaduais		-	11	818	22	17	3.639
Municipais		13.266	21.529	17.590	15.141	24.998	19.736
Remuneração de Capitais de Terceiros		42.974	83.613	73.506	44.188	85.780	73.964
Aluguéis		42.974	83.613	72.114	44.188	85.780	72.572
Arrendamento Mercantil		-	-	1.392	-	-	1.392
Remuneração de Capitais Próprios		83.948	184.487	151.048	86.449	187.363	153.355
Dividendos		3.514	3.514	-	3.514	3.514	-
Juros sobre o Capital Próprio		25.388	47.417	42.220	25.388	47.417	42.220
Lucros Retidos do Período		55.046	133.556	108.828	55.046	133.556	108.828
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos		-	-	-	2.501	2.876	2.307

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o 2º Semestre de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em R\$ mil

	Capital		Reservas de		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
	Realizado	Aumento de Capital	Capital	Reavaliação Controladas	Legal	Estatutárias						
SALDOS EM 01/01/2020	492.708	-	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	-	-	887.499	44.335	931.834
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	3.329	(11.688)	-	(8.359)	-	(8.359)
Realização de Reserva	-	-	-	(9)	-	-	-	9	-	-	-	(9)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	151.048	-	151.048	2.307	153.355
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(703)	(703)
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	7.552	89.597	-	(97.149)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(42.220)	-	-	-	(42.220)
SALDOS EM 31/12/2020	492.708	-	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	-	987.968	45.939	1.033.907
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	211.242	-	392.467	354.308	421.522	376.832	(3.329)	-	-	100.469	1.604	102.073
SALDOS EM 01/01/2021	492.708	-	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	-	987.968	45.939	1.033.907
Aumento de Capital - RCA 09/12/2021	-	104.832	-	-	-	(104.832)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(5.614)	-	(5.614)	-	(5.614)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	22.339	(13.758)	-	8.581	-	8.581
Realização de Reserva	-	-	-	(9)	-	-	-	9				

Demonstrações Financeiras 2021

MERCANTIL DO BRASIL

3/7

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - SEDE BELO HORIZONTE / MG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 17.184.037/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado ativo, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das cartiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

A Resolução CMN nº 4.803/20, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/20, editada em caráter temporário e com aplicabilidade até dezembro 2020, devido à pandemia da Covid-19, foi aplicada pelo Banco, adotando-se a prerrogativa de se manter as operações reestruturadas no mesmo nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, mediante as premissas estabelecidas na norma.

c) Conversão de moeda estrangeira

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

Operações em Moeda Estrangeira

O tratamento das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,5805 (Em 31 de dezembro de 2020: US\$ 1,00 = R\$ 5,1967).

Impostos e Contribuições

Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% até fevereiro de 2020 e 20% a partir de março de 2020, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/19. Com a edição da Medida Provisória nº 1.034/21, a alíquota da contribuição social é majorada em 5%, passando para 25% no período de julho a dezembro de 2021, para o setor bancário.

Os impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens móveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por ação em pagamento. Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os Ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%; móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

Intangíveis

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciis. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09.

I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apresentados divulgados nas demonstrações financeiras.

II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, civis entre outros, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.

IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais – referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 17.3).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.706/18 da seguinte forma:

I. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

II. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme o valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ao ciclo operacional e aos relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Disponibilidades	984.730	1.426.300	984.733	1.426.303
Aplicações interfinanceiras de liquidez	202.102	405.379	227.844	478.745
Aplicações no mercado aberto – posição bancada	196.046	405.379	221.788	478.745
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.056	-	6.056	-
Total	1.186.832	1.831.679	1.212.577	1.905.048

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Aplicações no mercado aberto	328.004	625.598	328.004	625.598
Posição bancada	196.046	405.379	221.788	478.745
Letras Financeiras do Tesouro	145.753	403.281	156.707	476.646
Letras do Tesouro Nacional	50.293	2.098	65.081	2.099
Posição financeira	131.958	220.219	106.216	146.853
Letras Financeiras do Tesouro	54.252	220.219	43.298	146.853
Letras do Tesouro Nacional	77.706	-	62.918	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	206.861	25.426	81.874	25.426
Total	534.865	651.024	409.878	651.024
Circulante	415.881	645.977	379.128	645.977
Não circulante	118.984	5.047	30.750	5.047

A posição financeira tem como contrapartida a conta do passivo “captação no mercado aberto”, que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Títulos e valores mobiliários

Descrição	Dez / 2021		Dez / 2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	940.679	947.826	1.011.318	1.003.204
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	225	9.259	-	-
Indeterminado	225	9.259	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	939.035	937.148	1.003.179	999.134
De 31 a 60 dias	277.017	277.017	98.130	98.118
De 181 dias a 1 ano	71.437	71.438	65.625	65.595
De 1 a 2 anos	-	-	326.736	326.437
De 2 a 3 anos	350.314	349.531	-	-
De 3 a 4 anos	-	-	335.491	334.053
De 4 a 5 anos	185.047	183.710	-	-
De 5 a 10 anos	55.206	55.452	177.197	174.931
Debêntures	1.419	1.419	8.139	4.070
De 61 a 90 dias	84	84	107	107
De 181 dias a 1 ano	-	-	227	227
De 2 a 3 anos	1.335	1.335	7.805	3.736
Total Geral	940.679	947.826	1.011.318	1.003.204
Total Contábil	-	947.826	-	1.003.204
Circulante	-	348.539	-	164.045
Não circulante	-	599.287	-	839.159

MB – Consolidado

Descrição	Dez / 2021		Dez / 2020	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	1.150.264	1.165.455	1.162.935	1.160.375
Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	225	9.259	-	-
Indeterminado	225	9.259	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	16.984	16.984	17.390	17.390
Indeterminado	16.984	16.984	17.390	17.390
Cotas de Fundos em Participações	5.456	5.456	5.388	5.388
Indeterminado	5.456	5.456	5.388	5.388
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	4.882	4.882	4.664	4.664
De 5 a 10 anos	12.209	12.209	23.705	19.489
Cotas de Fundo Imobiliário	27.882	35.602	28.549	34.530
De 5 a 10 anos	27.555	35.602	28.549	34.530
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	15.878	15.878	-	-
De 61 a 90 dias	4.030	4.030	-	-
De 181 dias a 1 ano	2.982	2.982	-	-
De 2 a 3 anos	8.866	8.866	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	90.706	90.706	22.353	22.241
De 61 a 90 dias	1.882	1.882	103	103
De 181 dias a 1 ano	15.216	15.216	5.610	5.610
De 1 a 2 anos	-	-	205	203
De 2 a 3 anos	44.832	44.832	12.025	12.025
De 3 a 4 anos	5.100	5.100	3.938	3.828
De 4 a 5 anos	23.676	23.676	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	30.302	30.301	33.572	33.581
De 61 a 90 dias	55.046	55.452	177.197	174.931
De 181 dias a 1 ano	2.209	2.209	237	237
De 2 a 3 anos	1.668	1.668	1.605	1.605
De 3 a 4 anos	9.352	9.351	10.126	10.126
De 3 a 4 anos	-	-	2.120	2.057
De 4 a 5 anos	2.980	2.980	2.791	2.791
De 5 a 10 anos	1.628	1.628	2.543	2.500
Acima de 10 anos	14.375	14.375	14.150	14.065
Letras Financeiras do Tesouro	946.067	944.178	1.016.857	1.012.791
De 31 a 60 dias	280.806	280.791	98.130	98.118
De 181 dias a 1 ano	74.694	74.694	65.625	65.595
De 1 a 2 anos	-	-	340.409	340.094
De 2 a 3 anos	350.314	349.531	-	-
De 3 a 4 anos	-	-	335.491	334.053
De 4 a 5 anos	185.047	183.710	-	-
De 5 a 10 anos	55.206	55.452	177.197	174.931
De 61 a 90 dias	1.734	1.734	823	823
De 181 dias a 1 ano	4.650	4.650	4.277	4.277
De 1 a 2 anos	4.491	4.491	-	-
De 2 a 3 anos	1.334	1.334	18.605	14.380
Letra Financeira Subordinada	10.462	10.510	-	-
De 61 a 90 dias	-	-	10.462	10.408
De 5 a 10 anos	-	-	2.745	2.745
Títulos mantidos até o Vencimento	1.926	1.926	2.745	2.745
Fundo de Investimentos em direitos creditórios	1.926	1,926	2,745	2,745
De 2 a 3 anos	1.926	1.926	-	-
De 3 a 4 anos	-	-	2.745	2.745
Total Geral	1.152.190	1.167.381	1.165.680	1.163.120
Total Contábil	-	1.167.381	-	1.163.120
Circulante	-	410.386	-	199.716
Não circulante	-	756.995	-	963.404

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Bóris, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os valores públicos federais e dos títulos privados são marcados a mercado pelo método de Fluxo de Caixa descontado, utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação e divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As Cotas de capital da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP foram registradas de acordo o valor atual do patrimônio social da CIP conforme informado pela Clearing na data de fechamento.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituída em contas de resultado, em observância à política aplicável às operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31 de dezembro de 2021, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 8.346 (R\$ 4.068 em dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 8.510 (R\$ 4.528 em dezembro de 2020).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 190.910 (R\$ 155.619 em dezembro de 2020) e no consolidado R\$ 200.799 (R\$ 162.067 em dezembro de 2020), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação”, se houver, são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

Composição dos instrumentos financeiros derivativos

Demonstrações Financeiras 2021



BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - SEDE BELO HORIZONTE / MG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 17.184.037/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

	Curso Normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Parcelas vincendas	253.272	7.307.944	134.802	16.348	128.955	30.675	49.567	13.074	81.723	8.016.360	93,76
01 a 30 dias	5.369	453.111	9.609	3.679	4.432	2.060	479	303	58.382	537.424	6,29
31 a 60 dias	4.936	294.558	3.438	6.078	5.734	1.267	469	311	937	312.418	3,65
61 a 90 dias	4.411	265.940	5.043	850	2.542	1.487	481	347	1.070	282.171	3,30
91 a 180 dias	25.179	712.609	6.699	1.951	7.336	2.666	1.441	1.027	3.540	762.448	8,92
181 a 360 dias	38.837	1.186.965	9.103	2.270	27.197	4.815	33.582	1.457	6.907	1.311.133	15,33
Acima de 360 dias	174.540	4.394.761	100.910	6.990	81.714	18.220	13.115	9.629	10.887	4.810.766	56,27
Vencidas até 14 dias	18	2.553	1.068	278	221	74	23	23	6.122	10.380	0,12
Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	135.870	16.626	129.176	30.749	49.590	13.097	87.845	8.026.740	93,88
%	2,96	85,50	1,59	0,19	1,51	0,36	0,58	0,15	1,04	93,88	-
Total em 31/12/2020	330.137	4.835.550	162.565	73.055	78.184	54.008	24.251	145.439	39.951	5.743.140	93,09
%	5,35	78,38	2,64	1,18	1,37	0,88	0,39	2,36	0,64	93,09	-
Parcelas vincendas	56.849	60.361	35.198	22.057	30.252	38.535	94.767	38.535	94.767	338.019	3,95
01 a 30 dias	-	-	3.632	3.052	2.127	1.388	1.526	1.039	5.285	18.049	0,21
31 a 60 dias	-	-	3.274	2.791	1.980	1.276	1.401	929	4.924	16.675	0,19
61 a 90 dias	-	-	2.855	2.540	1.818	1.162	1.359	1.200	4.509	15.443	0,18
91 a 180 dias	-	-	7.411	6.088	4.753	2.956	3.459	3.046	11.644	39.357	0,46
181 a 360 dias	-	-	10.678	9.598	6.223	4.087	5.248	5.121	17.338	58.293	0,68
Acima de 360 dias	-	-	28.999	36.292	18.297	11.188	17.259	27.200	51.067	190.302	2,23
Parcelas vincendas	9.287	11.760	11.032	14.716	16.893	10.655	111.250	106.555	111.250	185.593	2,17
01 a 14 dias	-	-	1.111	326	24	5.495	156	222	222	6.334	0,07
15 a 30 dias	-	-	8.668	3.432	2.419	5.363	1.505	1.581	13.803	36.771	0,43
31 a 60 dias	-	-	619	6.979	2.882	1.990	2.010	1.348	29.042	44.870	0,52
61 a 90 dias	-	-	-	1.016	4.385	2.866	2.127	1.473	7.592	18.759	0,22
91 a 180 dias	-	-	-	222	1.020	4.869	5.130	5.444	35.993	51.778	0,61
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	304	626	653	24.573	26.156	0,31
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	525	925	0,01
Total em 31/12/2021	66.136	72.121	46.230	36.773	47.145	49.190	206.011	206.011	523.612	6,12	
%	0,77	0,84	0,54	0,43	0,55	0,58	2,41	2,41	6,12	-	
Total em 31/12/2020	38.670	44.513	31.430	37.999	59.124	35.745	178.512	178.512	425.993	6,91	
%	0,63	0,72	0,51	0,62	0,96	0,58	2,89	2,89	6,91	-	
Total em 31/12/2021	253.290	7.310.497	202.006	88.747	175.406	67.522	96.735	62.287	293.862	8.550.352	100,00
%	2,96	85,50	2,36	1,03	2,05	0,79	1,13	0,73	3,45	100,00	-
Total em 31/12/2020	330.137	4.835.550	201.235	117.568	109.614	92.007	83.375	181.184	218.463	6.169.133	100,00
%	5,35	78,38	3,27	1,90	1,78	1,50	1,35	2,94	3,53	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

	Curso Normal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Parcelas vincendas	329.859	7.546.123	138.846	16.404	129.018	30.675	50.638	13.114	81.753	8.336.430	93,63
01 a 30 dias	6.486	458.137	9.709	3.684	4.436	2.060	512	304	58.383	543.711	6,11
31 a 60 dias	6.846	324.180	3.559	613	5.738	1.427	501	312	938	344.114	3,86
61 a 90 dias	5.634	271.793	5.129	854	2.545	1.487	513	348	1.072	289.375	3,25
91 a 180 dias	29.511	734.067	6.996	1.963	7.346	2.666	1.535	1.030	3.545	788.659	8,86
181 a 360 dias	53.067	1.223.074	9.653	2.293	27.308	4.815	33.759	1.462	6.917	1.362.248	15,30
Acima de 360 dias	228.315	4.534.872	103.800	6.997	81.745	18.220	13.818	9.658	10.889	5.008.323	56,25
Vencidas até 14 dias	18	2.602	1.068	278	221	74	23	23	6.122	10.462	0,12
Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	139.914	16.682	129.339	30.749	50.694	13.137	87.875	8.346.892	93,75
%	3,70	84,78	1,57	0,19	1,45	0,35	0,57	0,15	0,99	93,75	-
Total em 31/12/2020	349.419	5.047.638	163.888	73.250	78.225	54.074	24.283	145.445	40.130	5.976.352	92,88
%	5,43	78,44	2,55	1,14	1,22	0,84	0,38	2,26	0,62	92,88	-
Parcelas vincendas	-	-	72.912	65.137	37.335	23.275	31.998	39.031	98.234	367.912	4,13
01 a 30 dias	-	-	4.283	3.431	2.185	1.425	1.580	1.055	5.417	19.376	0,22
31 a 60 dias	-	-	4.139	3.220	2.083	1.337	1.465	958	5.132	18.334	0,21
61 a 90 dias	-	-	3.298	2.873	1.846	1.180	1.403	1.207	4.565	16.372	0,18
91 a 180 dias	-	-	9.226	6.411	4.936	3.069	3.617	3.098	12.020	42.377	0,48
181 a 360 dias	-	-	13.840	10.180	6.551	4.289	5.542	5.213	18.004	63.619	0,71
Acima de 360 dias	-	-	38.126	39.022	19.724	11.975	18.391	27.500	53.096	207.834	2,33
Parcelas vincendas	9.980	12.494	11.289	14.973	17.119	10.853	112.828	108.536	108.536	189.536	2,17
01 a 14 dias	-	-	1.111	326	24	5.495	156	222	222	6.334	0,07
15 a 30 dias	-	-	9.111	3.824	2.485	5.405	1.562	1.601	13.945	38.133	0,43
31 a 60 dias	-	-	669	7.251	2.946	2.034	2.035	1.368	29.182	45.485	0,51
61 a 90 dias	-	-	-	1.057	4.416	2.190	2.141	1.481	7.645	18.930	0,21
91 a 180 dias	-	-	-	251	1.116	4.986	5.209	5.524	35.500	52.586	0,59
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	334	677	723	25.271	27.005	0,30
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063	1.063	0,01
Total em 31/12/2021	82.892	77.631	48.614	38.248	49.116	49.881	211.062	211.062	557.448	6,25	
%	0,93	0,87	0,55	0,43	0,55	0,56	2,36	2,36	6,25	-	
Total em 31/12/2020	55.405	48.616	35.284	39.106	59.523	36.339	184.188	184.188	458.461	7,12	
%	0,86	0,76	0,55	0,61	0,93	0,56	2,85	2,85	7,12	-	
Total em 31/12/2021	329.877	7.548.725	222.806	94.313	177.853	68.997	99.811	63.021	298.937	8.904.340	100,00
%	3,70	84,78	2,50	1,06	2,00	0,78	1,12	0,71	3,35	100,00	-
Total em 31/12/2020	349.419	5.047.638	219.293	121.866	113.509	93.180	83.806	181.784	224.318	6.434.813	100,00
%	5,43	78,44	3,41	1,90	1,77	1,45	1,31	2,82	3,47	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Dez / 2021	Dez / 2020	%	Dez / 2021	Dez / 2020	%	Dez / 2020	%
Pessoa Física	7.704.979	90.111	5.164.425	83,71	7.928.000	89,05	5.368.816	83,43
Pessoa Jurídica	845.373	9,89	1.004.708	16,29	976.340	10,95	1.065.997	16,57
Construção civil	166.519	0,59	180.534	2,93	167.754	1,88	180.534	2,81
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	56.007	0,66	114.408	1,85	69.270	0,78	133.957	2,08
Biocombustíveis e açúcar	59.953	0,70	100.240	1,62	59.953	0,67	100.240	1,56
Siderurgia	85.588	1,00	89.933	1,46	85.588	0,96	89.933	1,40
Prestação de serviços	158.210	1,85	122.683	1,99	159.903	1,80	128.000	1,99
Alimentos	41.005	0,48						

Demonstrações Financeiras 2021

MERCANTIL DO BRASIL

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - SEDE BELO HORIZONTE / MG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 17.184.037/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2021 entrou em operação a empresa Domo Digital Tecnologia S.A que tem como objeto, principalmente, explorar a atividade dos serviços de Tecnologia da Informação através da criação, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas informatizados próprios ou de terceiros, dentre outros serviços. O capital social da Sociedade é de R\$ 5.000 dividido em 5.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais o Banco integralizou R\$ 4.250, correspondentes a 4.250.000 ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Corretora Bancário S.A. do montante de R\$ 30.793 para R\$ 48.338, sem alteração na quantidade de ações, mediante incorporação de parte da "Reservas Estatutárias - Para Aumento de Capital", no montante de R\$ 17.543.

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBMEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no exercício.

12. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

Descrição	Equipamentos de processamento de dados		Imóveis e Beneficiárias em imóveis de terceiros		Móveis e equipamentos	Outros	Total
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020			
Imobilizado em 31/12/2020	119.662	109.622	72.282	27.062	328.628		
Adições	3.560	5.638	4.325	13.198	26.721		
Entradas por transferências	35.123	-	660	-	35.783		
(-) Saída por transferências	-	-	-	-	(35.783)		
(-) Baixa	(607)	(6.223)	(642)	(1.872)	(7.472)		
Subtotal	157.738	109.037	76.625	4.477	347.872		
(c) Depreciação em 31/12/2020	(69.213)	(49.896)	(43.851)	(37)	(162.997)		
(c) Depreciação no período	(22.826)	(12.065)	(5.890)	-	(40.781)		
Baixa	548	5.908	602	-	7.058		
(-) Subtotal	(91.491)	(56.053)	(49.139)	(37)	(196.720)		
Saldo Líquido em 31/12/2021	66.247	52.984	27.486	4.440	151.157		

MB - Consolidado

Descrição	Equipamentos de processamento de dados		Imóveis e Beneficiárias em imóveis de terceiros		Móveis e equipamentos	Outros	Total
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020			
Saldo em 31/12/2020	120.280	118.645	73.704	28.100	340.729		
Adições	3.828	15.674	5.773	13.274	38.549		
Entradas por transferências	35.123	-	660	-	35.783		
(-) Saída por transferências	-	-	-	-	(35.783)		
(-) Baixa	(903)	(6.482)	(1.087)	(1.788)	(8.650)		
Subtotal	158.328	127.837	79.050	5.413	370.628		
(c) Depreciação em 31/12/2020	(69.623)	(50.537)	(44.332)	(84)	(164.576)		
(c) Depreciação no período	(22.894)	(13.177)	(6.016)	(34)	(42.121)		
Baixa	844	5.908	1.014	75	7.841		
(-) Subtotal	(91.673)	(57.806)	(49.334)	(43)	(198.856)		
Saldo Líquido em 31/12/2021	66.655	70.031	29.716	5.370	171.772		

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 108 (R\$ 117 em dezembro de 2020).

13. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

Descrição	Sistemas de Processamento de dados		Sistemas de Segurança		Sistemas de Comunicação		Licenças e Direitos de uso		Total
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	
Saldo em 31/12/2020	150.279	14.817	-	-	-	-	5.963	-	171.059
Adições	24.990	1.563	-	-	-	-	11.685	-	38.245
Baixas	(8.779)	-	-	-	-	-	(4.396)	-	(13.175)
Subtotal	166.490	16.380	-	-	-	-	13.252	-	196.129
(-) Amortização em 31/12/2020	(89.757)	(7.523)	-	-	-	-	(4.546)	-	(101.826)
(-) Amortização no período	(16.326)	(2.987)	-	-	-	-	(2.413)	-	(21.726)
Baixas	4.747	-	-	-	-	-	4.396	-	9.143
(-) Subtotal	(101.336)	(10.510)	-	-	-	-	(2.563)	-	(114.409)
Saldo Líquido em 31/12/2021	65.154	5.870	-	-	-	-	10.689	-	81.720

MB - Consolidado

Descrição	Sistemas de Processamento de dados		Sistemas de Segurança		Sistemas de Comunicação		Licenças e Direitos de uso		Total
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	
Saldo em 31/12/2020	150.326	14.817	-	-	-	-	6.265	-	171.408
Adições	24.990	1.563	-	-	-	-	11.685	-	38.245
Baixas	(8.779)	-	-	-	-	-	(4.396)	-	(13.175)
Subtotal	166.490	16.380	-	-	-	-	13.252	-	196.129
(-) Amortização em 31/12/2020	(89.787)	(7.523)	-	-	-	-	(4.836)	-	(102.146)
(-) Amortização no período	(16.339)	(2.987)	-	-	-	-	(2.415)	-	(21.741)
Baixas	4.790	-	-	-	-	-	4.688	-	9.478
(-) Subtotal	(101.336)	(10.510)	-	-	-	-	(2.563)	-	(114.409)
Saldo Líquido em 31/12/2021	65.154	5.870	-	-	-	-	10.689	-	81.720

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Depósitos

Descrição	Depósitos				Total	
	A Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Dez / 2021	Dez / 2020
Indeterminado	484.431	226.084	-	645	711.160	680.834
Até 30 dias	-	-	51.888	188.718	240.606	128.062
De 31 a 60 dias	-	-	-	150.243	150.243	128.062
De 61 a 90 dias	-	-	-	252.196	252.196	118.556
De 91 a 180 dias	-	-	10.456	774.998	785.454	440.638
De 181 a 360 dias	-	-	84.634	1.261.931	1.346.565	658.838
Acima de 360 dias	-	-	98.526	5.793.125	5.891.651	5.960.085
Total	484.431	226.084	245.504	8.421.856	9.377.875	8.087.049
Circulante	484.431	226.084	146.978	2.628.731	3.486.224	2.126.964
Não circulante	-	-	98.526	5.793.125	5.891.651	5.960.085

MB - Consolidado

Descrição	Depósitos				Total		
	A Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Outros	Dez / 2021	Dez / 2020
Indeterminado	480.750	226.084	-	644	3.176	710.654	677.279
Até 30 dias	-	-	51.888	188.718	-	240.606	100.336
De 31 a 60 dias	-	-	-	149.316	-	149.316	142.092
De 61 a 90 dias	-	-	-	251.633	-	251.633	142.101
De 91 a 180 dias	-	-	-	791.559	-	791.559	444.024
De 181 a 360 dias	-	-	84.634	1.238.582	-	1.323.216	653.102
Acima de 360 dias	-	-	98.526	5.665.504	-	5.764.030	5.876.369
Total	480.750	226.084	235.048	8.285.956	3.176	9.371.014	8.035.003
Circulante	480.750	226.084	136.522	2.620.452	3.176	3.466.984	2.158.634
Não circulante	-	-	98.526	5.665.504	-	5.764.030	5.876.369

14.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio		Letras Financeiras		Total	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Até 30 dias	-	1.001	-	-	1.001	-
De 31 a 60 dias	-	519	642	-	519	-
De 61 a 90 dias	-	31.181	182	13.363	31.363	23.137
De 91 a 180 dias	-	12.965	1.445	14.410	14.410	44.838
De 181 a 360 dias	-	20.907	1.804	22.711	22.711	861
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	3.260
Total	66.573	3.431	3.431	70.004	70.004	72.096
Circulante	66.573	3.431	3.431	70.004	70.004	68.836
Não circulante	-	-	-	-	-	3.260

MB - Consolidado

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio		Letra de Crédito Imobiliário		Letras Financeiras		Total	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Até 30 dias	-	1.001	-	-	-	-	1.001	5.227
De 31 a 60 dias	-	519	642	-	-	-	519	11.172
De 61 a 90 dias	-	32.085	182	182	32.267	23.137	32.267	44.838
De 91 a 180 dias	-	12.342	1.445	1.445	34.889	14.410	34.889	44.838
De 181 a 360 dias	-	20.907	1.804	1.804	22.711	861	22.711	861
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	3.260
Total	75.854	3.431	12.744	3.431	92.029	92.029	88.495	88.495
Circulante	75.854	12.744	3.431	3.431	92.029	85.235	92.029	85.235
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	3.260

14.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	Dez / 2021	Dez / 2020
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ^(b)	2016	2023	88.388	91.027	89.583
	2017	2024	115.612	123.997	121.199
	2017	2025	600	622	607
	2018	2025	68.373	75.208	72.753
	2019	2026	57.075	59.835	59.404
Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar ^(b)	2020	2027	27.045	28.208	27.326
	2021	2028	9.252	9.455	9.455
	2018	Perpétua	4.300	4.322	4.304
	2019	Perpétua	25.650	26.306	26.644
	2020	Perpétua	15.000	16.303	15.436
Total Geral			435.283	417.256	
Circulante			8.484	3.599	
Não Circulante			426.799	413.657	

^(a) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.^(b) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 388.352 (R\$ 370.571 em dezembro de 2020) dos quais R\$ 195.333 (R\$ 251.498 em dezembro de 2020) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

15. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB - Múltiplo		MB - Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Provisões para riscos fiscais	56.601	62.952	88.611	98.258
Provisões para processos trabalhistas	124.319	142.760	124.786	144.083
Provisões para processos cíveis	5			

Demonstrações Financeiras 2021

MERCANTIL
DO BRASIL

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - SEDE BELO HORIZONTE / MG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 17.184.037/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 20/04/2021, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 26.850. A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 22.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 1.748 (R\$ 0 em dezembro de 2020) e no consolidado no valor de R\$ 5.212 (R\$ 2.290 em dezembro de 2020).

Até 31 de dezembro de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações

Até 31 de dezembro de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

Benefícios de rescisão do contrato de trabalho

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

19.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2021, o grupo patrocinador mantinha 19 (19 em dezembro de 2020) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 509 (532 em dezembro de 2020) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 1.691 (R\$ 1.680 em dezembro de 2020); MB Consolidado R\$ 1.696 (R\$ 1.685 em dezembro de 2020).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido

• Taxa nominal de desconto: 15,53%

• Taxa real de desconto: 4,98%

• Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%

• Taxa de inflação estimada no longo prazo: 10,05%

• Taxa nominal de reajuste de benefícios: 10,05%

II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido

• Taxa nominal de desconto: 15,53%

• Taxa real de desconto: 4,98%

• Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%

• Taxa de inflação estimada no longo prazo: 10,05%

• Taxa nominal de reajuste de benefícios: 10,05%

• Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuarial Independente, de dezembro de 2021, elaborado com base nas demonstrações financeiras até novembro de 2021, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A., Patrocinador-Líder. Em 29 de dezembro de 2021, o Banco quitou saldo remanescente de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629, em conformidade com as normas em vigor que regem o assunto.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativos x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Dez / 2021	Dez / 2020
Obrigação de benefício definido	(43.139)	(48.250)
Valor justo do ativo do plano	44.794	26.179
Superávit / Déficit Líquido	1.655	(22.071)

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo do ativo atuarial monta em R\$ 3.020 (R\$ 12.139 em 31 de dezembro de 2020 - passivo atuarial) líquidos dos efeitos tributários, já considerada a quitação, em 29 de dezembro de 2021, de saldo de déficit atuarial dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, no valor de R\$ 7.629.

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	Dez / 2021	Dez / 2020
Saldo em 31/12/2020		26.179
Juros sobre o valor justo do ativo	4.065	4.065
Benefício pago pelo plano	(3.886)	(3.886)
Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	18.436	18.436
Saldo em 31/12/2021	44.794	26.179

Reconciliação da obrigação de benefício definido	Dez / 2021	Dez / 2020
Saldo em 31/12/2020		(48.250)
Custo dos juros	(7.493)	(7.493)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	3.886	3.886
Redimensionamento da obrigação	8.718	8.718
Efeito da alteração de premissas financeiras	12.112	12.112
Efeito da experiência do plano	(3.394)	(3.394)
Saldo em 31/12/2021	(43.139)	(48.250)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	Dez / 2021	Dez / 2020
1. Taxa real de desconto -1,0%	45.941	45.941
Premissa da análise	3.979%	3.979%
2. Taxa real de desconto +1,0%	40.281	40.281
Premissa da análise	5.979%	5.979%

Tábua Geral de Mortalidade	Dez / 2021	Dez / 2020
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	45.717	45.717
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25.62	25.62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	40.564	40.564
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um desacomodamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

21. RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

21.1. Rendas de operações de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Rendas de empréstimos e títulos descontados	2.097.752	1.717.206	2.147.967	1.769.682
Rendas de financiamentos	3.389	15.487	4.253	17.230
Rendas de financiamentos rurais	14.354	22.286	14.354	22.286
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	132.433	102.210	134.641	104.604
Total	2.247.928	1.857.189	2.301.215	1.913.802

⁽¹⁾ No terceiro trimestre de 2021, a receita de cessão de créditos não performados, monta em R\$ 36.166 (R\$ 36.176 no Consolidado).

21.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Depósitos	329.281	168.450	325.335	169.427
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	26.016	17.215	26.831	17.230
Operações comprometidas	6.668	7.238	4.313	5.210
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	-	220.331	-	220.331
Outras	12.896	9.834	13.031	10.054
Total	374.861	423.068	369.510	422.504

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da liquidação da Dívida Subordinada, vencida em julho de 2020.

22. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

22.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Administração de fundos de investimentos	-	-	2.258	2.034
Cartão de crédito	22.936	12.676	22.936	12.676
Cobrança	5.279	5.024	5.279	5.024
Custódia	7	10	316	298
Garantias prestadas	1.279	1.826	1.279	1.828
Outros serviços	486	4.986	977	5.381
Rendas de serviços prestados a ligadas	5.769	5.060	-	-
Comissão de seguro	-	-	108.631	60.059
Serviços de arrecadação	18.080	4.840	18.080	4.840
Serviços prestados	614	316	5.646	4.382
Tarifas bancárias – conta corrente	187.116	221.807	187.192	221.877
Total	241.566	256.545	352.594	318.399

22.2. Despesas de pessoal

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	20.257	19.955	34.817	32.482
Proventos de funcionários	232.659	207.276	239.361	212.405
Benefícios	83.735	79.842	86.434	81.360
Encargos sociais	89.959	80.855	96.432	86.011
Indenizações	62.006	52.982	62.652	55.200
Contingências / indenizações (vide nota nº 15.b)	(18.440)	(7.071)	(19.256)	(8.604)
Total	470.176	433.839	500.440	458.854

22.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Água, energia e gás	12.620	11.467	13.262	11.557
Aluguéis	83.613	72.114	85.780	72.572
Amortização e depreciação	62.507	53.093	63.862	53.445
Arrendamento de bens	-	1.392	-	1.392
Comunicações	13.014	12.681	13.539	12.824
Materiais, manutenção e conservação de bens	34.456	30.049	35.113	30.222
Processamento de dados	86.421	73.935	89.661	76.905
Propaganda, publicidade e publicações	12.305	10.023	14.111	11.322
Serviços de terceiros	227.424	198.653	229.024	202.021
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	188.815	102.561	192.599	107.483
Serviços do sistema financeiro	11.484	9.320	11.200	9.541
Transportes	33.460	38.732	33.643	38.876
Outras	65.424	51.712	69.656	55.693
Total	831.543	665.732	851.450	683.853

22.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
ISSON	16.244	12.717	19.310	14.944
COFINS	96.093	77.987	102.362	82.862
PIS	15.615	12.673	16.820	13.647
Outros tributos	6.753	6.370	10.006	6.803
Total	134.705	109.747	148.498	117.806

22.5. Outras receitas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Variáveis monetárias ativas ⁽¹⁾	16.968	3.358	22.401	4.071
Recuperação de encargos e despesas ⁽²⁾	25.097	9.907	26.100	10.725
Reversão de provisões ⁽³⁾	23.799	26.660	16.999	27.952
Outras receitas	24.672	5.689	26.438	9.490
Total	80.536	45.614	91.938	52.238

⁽¹⁾ Em 2021 o Banco reconheceu R\$ 11.904 (R\$ 12.175 no Consolidado) relativamente ao Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC (Tema nº 962 das repercussões gerais), do STF que julgou inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atrelados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

⁽²⁾ Refere-se ao estorno de valores pagos relativamente a adiantamento de comissão sobre operações de crédito consignado pagas a correspondentes decorrentes de contratos cancelados que em 2021 montaram em R\$ 11.443.

⁽³⁾ Refere-se a Reversões de provisões referentes a processos cíveis e fiscais. No primeiro semestre de 2020, refere-se, também, a reversão de provisão excedente, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, relativa ao processo judicial que questionou a constitucionalidade da aplicação do FAP - Fator Acidentário de Prevenção, tendo em vista a liquidação integral dos valores devidos, considerando os fatores requeacionados por estabelecimentos, para o período de Janeiro de 2019 a Dezembro de 2015, disponibilizados pela própria Previdência Social.

22.6. Outras despesas operacionais

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais ⁽¹⁾	65.550	9.103	68.891	11.369
Descontos concedidos ⁽²⁾	63.055	43.257	64.706	44.829
Variáveis monetárias passivas	1.869	2.074	2.107	2.272
Despesas de caráter eventual ⁽³⁾	74.808	44.822	81.919	50.899
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽⁴⁾	398.631	247.755	398.631	247.755
Outras despesas	52.291	38.776	53.049	44.841
Total	656.204	385.787	669.303	401.965

⁽¹⁾ Em 2021 refere-se, basicamente, a provisão realizada decorrente de operações de câmbio no montante de R\$ 40.771 (vide nota nº 7.2.).

⁽²⁾ Refere-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito reconhecidas e em recuperação judicial.

⁽³⁾ Refere-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

⁽⁴⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

23. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Resultado na alienação de valores e bens ⁽¹⁾	8.895	(48.607)	8.898	(48.600)
Reversão / (Provisão) de outros valores e bens	(15.705)	34.035	(15.705)	34.035
Outras	10.233	(1.466)	10.298	(1.466)
Total	3.423	(16.038)	3.491	(16.031)

⁽¹⁾ Refere-se aos bens recebidos em dação em pagamento.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Dez / 2021	Dez / 2020	Dez / 2021	Dez / 2020
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	148.595	210.164	167.364	229.180
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(89.632)	(41.518)
(-) Participações dos administradores e empregados	(29.908)	(22.584)	(34.287)	(25.438)

Demonstrações Financeiras 2021

MERCANTIL DO BRASIL

7/7

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - SEDE BELO HORIZONTE / MG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 17.184.037/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*). Gerencialmente, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, o NII (*Net Interest Income*), que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base, e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contábil na regulamentação vigente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18. Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente à Alta Administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Para grandes oscilações de preços, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

O Gerenciamento do risco operacional Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles e a estratégia de resposta ao risco residual, seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes do levantamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil. A partir da base de dados é possível identificar os motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e foram atualizados para retorno do risco a níveis mais baixos.

Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes que são divulgados internamente. Todo o processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade contemplando a segmentação por meio da classificação dos terceiros com base em risco, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RW/Aopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ação que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

O Gerenciamento do risco socioambiental O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos de operações passivas. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil do Brasil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Marco Antônio Andrade de Araújo - Presidente
Maurício de Faria Araújo - Vice-Presidente
José Ribeiro Vianna Neto - Secretário
André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETOR PRESIDENTE
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA
DIRETORES EXECUTIVOS
Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Paulino Ramos Rodrigues
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Simone Maria Ferreira Filgueiras Dutra
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL
Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barts
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA
Glaysdon Ferreira Cardoso
Lauro Wilson da Silva
Sebastião Salvador Gamarano

CONTADOR
Anderson Guedes Inocêncio
CRC - MG 077029/O-7

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO
De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê de Auditoria zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna e (iv) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

ATIVIDADES DO COMITÊ
Durante o ano-calendário de 2021, foram realizadas 32 (trinta e duas) reuniões do Comitê de Auditoria com as seguintes áreas: Auditoria Interna, Auditores Externos, Controladoria, Compliance e PLD, Riscos Operacionais e Controles Internos, Riscos Financeiros, Ouvidoria, Jurídico, Executivos, além das reuniões do próprio Comitê.

Durante esses trabalhos, verificamos a manutenção de um adequado ambiente de controle e estrita observância das normas e regulamentos, como prática habitual da instituição. Destacamos a evolução dos processos, ferramentas e controles em relação à Lei 13.709/18 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados) e também em relação à Resolução 4.993 do BACEN (Política de Segurança Cibernética e Requisitos para Contratação de Serviços em Nuvem), por serem temas mais recentes e de extrema relevância.

O Banco adota postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. A RAS – Declaração de Apetite a Riscos, instrumento de gestão que reflete o apetite a risco da instituição, mostra-se efetiva em seu objetivo de fornecer uma avaliação quantitativa do tema.

Desta forma, considera, inclusive, a opinião de especialistas externos e outros profissionais cuja opinião técnica seja julgada relevante. A visão de processos com foco nos riscos encontra-se disseminada e padronizada, contando com a participação das auditorias interna e independente, além das áreas de controle. Dentro da nossa dinâmica de análise, os riscos entendidos como prováveis, a partir dessas avaliações, foram refletidos nas demonstrações financeiras.

Nos últimos anos, o Banco tem apresentado melhoria considerável em todo o processo de governança, como por exemplo, revisão na própria estrutura de governança e a criação das Comissões Temáticas no âmbito do Conselho de Administração, que se propõem a aproximar o Conselho de Administração das principais pautas executivas dos temas estratégicos, sobre os quais o Conselho necessita de conhecimento mais profundo para acompanhamento ou deliberação.

Analizamos e debatemos com os principais executivos do Banco, bem como com os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as referidas demonstrações. Foram igualmente discutidas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco, estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não temos conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas informações.

CONCLUSÃO
O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no seu Regimento Interno, após análise das demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, do relatório anual da administração e do parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, correspondentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, **opina**, por unanimidade, que os referidos documentos **refletem adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, as **posições patrimonial e financeira do Banco e de suas controladas**, e, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, **recomenda a sua aprovação** pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A..

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2022.

Glaysdon Ferreira Cardoso
Coordenador e Membro Especialista do Comitê de AuditoriaLauro Wilson da Silva
Membro do Comitê de Auditoria e Membro do Conselho de AdministraçãoSebastião Salvador Gamarano
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as **demonstrações financeiras relativas ao 2º (segundo) semestre de 2021**, bem como a destinação do resultado, e o **Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros**, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, em conformidade com as normas que regem o assunto, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido

Marcos Paixão de Araújo

Afrânio Eustáquio Ribeiro

Yehuda Waisberg

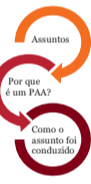
Luciano Luiz Barts

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) (Notas 2.3 e 7) A apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos por parte da administração do Banco. A análise de risco de crédito da contraparte e mensuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é um processo que envolve utilização de várias premissas, cenários econômicos, avaliação da situação financeira da contraparte, dos níveis de inadimplência e garantias das carteiras, bem como, impacto da política de renegociação, dos valores estimados de recuperação e a aplicação das normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 2.682. A administração também considerou os impactos da Resolução CMN nº 4.803, de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas no período da pandemia da Covid-19. O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa significativamente diferente. Considerando o exposto acima, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, executamos testes de auditoria focados na: (i) integridade da base de dados; (ii) premissas adotadas pela administração na mensuração do valor recuperável da carteira de crédito; (iii) identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) processos estabelecidos pelo Banco para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados. Realizamos, ainda, o entendimento dos procedimentos adotados pela administração na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa em atendimento a Resolução CMN nº 4.803 de abril de 2020. Adicionalmente, em base amostral, testamos as premissas adotadas para análise de risco das contrapartes, existência de garantias e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão com base nos referidos níveis de riscos atribuídos pela administração.
Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas 2.3 e 9) O Banco apresenta saldo contábil relevante relativo a créditos tributários decorrentes, substancialmente, de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social. Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a administração elaborou estudo de projeção de lucro tributário e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. O referido estudo envolve complexidade, aplicação de julgamentos e adoção de premissas subjetivas pela administração. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a obtenção do estudo de projeção de lucros tributários aprovado pelo Conselho de Administração. Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco com as divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados históricos com as referidas projeções e efetuamos análise de aderência frente a Resolução nº 3.059 do Conselho Monetário Nacional. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.
Provisões e passivos contingentes (Notas 2.3 e 15) O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil, trabalhista e tributária. Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco. Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria abrangem a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre a totalidade das bases de contingências e testes de aderência a respostas dos advogados externos. Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza civil e trabalhista. Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações. Analisamos a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo. Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações de valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2022.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

Lembra do seu FGTS?
Ele te espera no Mercantil.



Anteça até 7 saques em fgts.mercantil.com.br. O dinheiro cai na sua conta em até 24 horas. É simples, rápido e sem burocracia.



Contrate 100% online pelo QR Code, nas agências ou com nossos correspondentes autorizados.

MERCANTIL DO BRASIL

MB DIGITAL - 18-02 PGs 01-07 pdf

Código do documento 3df021a3-6bee-408d-80ee-1b58fefb4258



Assinaturas



PATRICIA PEDROSA TRINDADE GODOI
patriciatrindade.mg@diariosassociados.com.br
Assinou



Eventos do documento

18 Feb 2022, 05:34:36

Documento 3df021a3-6bee-408d-80ee-1b58fefb4258 **criado** por NATHÁLIA BALLESTEROS (65044c84-6296-48b6-9ded-a8476975adc9). Email: da.marketing20@gmail.com. - DATE_ATOM: 2022-02-18T05:34:36-03:00

18 Feb 2022, 05:35:35

Assinaturas **iniciadas** por NATHÁLIA BALLESTEROS (65044c84-6296-48b6-9ded-a8476975adc9). Email: da.marketing20@gmail.com. - DATE_ATOM: 2022-02-18T05:35:35-03:00

18 Feb 2022, 05:36:28

PATRICIA PEDROSA TRINDADE GODOI **Assinou** (47a0b609-a102-464b-9276-776f24f45861) - Email: patriciatrindade.mg@diariosassociados.com.br - IP: 191.187.12.67 (bfbb0c43.virtua.com.br porta: 11370) - **Geolocalização: -19.9511642 -44.1834082** - Documento de identificação informado: 043.892.186-03 - DATE_ATOM: 2022-02-18T05:36:28-03:00

Hash do documento original

(SHA256):bd81bc2dc30ff7020ba3fbe67109d39cf8273b7e60db4a822933172731ca69be

(SHA512):af4170234e10242ddc4ea9d8a9c5d489bdaf2f67d54ec3f52e75bcfecf05b459feff55f5988a7dd766dfd98666eaa1965d9251fa83649bce1d989f099ab270af

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign